



## Regulamento

- Apoio à Aquisição de Medicamentos -



À Freguesia de Gaula, autarquia local e pessoa coletiva de população e território e de fins múltiplos, é conferido, como meios e instrumentos para a prossecução dos interesses próprios da sua população, as atribuições nos domínios do desenvolvimento e da proteção da comunidade, nos termos do disposto nos artigos 235º/2º e 241º da Constituição e 14º/1 – alíneas i) e l), da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, pelo que em tais valências importa que aquela exerça, efetiva e materialmente, o correspondente poder administrativo, mormente através do concreto exercício das competências conferidas à Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia, nos termos do disposto nos artigos 17º, nº 2 – alínea j), e 34º, nº 5 – alínea a) da Lei nº 159/99, de 18 de Setembro.

Tendo presente o diagnóstico social da Freguesia e das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares da Freguesia, em especial os reformados e aposentados que na sua larga maioria – auferem pensões e reformas maioritariamente exíguas e que não permitem, tão pouco e em muitos casos, sequer a satisfação das respetivas necessidades básicas, de entre as quais se inclui na inevitável aquisição de medicamentos, é imprescindível intervir por forma a minimizar estas carências.

Como tal pretende-se criar medidas complementares a estes agregados familiares no sentido de melhorar a qualidade de vida e promover a coesão social.

Através deste Regulamento, torna-se primordial a definição de regras e critérios para a prestação de apoio financeiro a estes agregados familiares.

## TÍTULO I

### Disposições Gerais

#### Artigo 1º

##### Objeto

O presente Regulamento da Freguesia define o regime jurídico do apoio a atribuir pela Freguesia de Gaula à aquisição de medicamentos.



## Artigo 2º

### Âmbito de aplicação e condições de acesso

O apoio na aquisição de medicamentos aplica-se unicamente aos cidadãos residentes no território da Freguesia de Gaula, nesta recenseados, que sejam reformados ou pensionistas ou que se encontrem em situação de carência económica comprovada.

## Artigo 3º

### Lei habilitante

O presente Regulamento da Freguesia tem por lei habilitante as normas dos artigos 241º e 235º, nº 2, da Constituição da República, 14º - alíneas i) e l), da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, 17º, nº2 – alínea j), e 34º, nº 5 – alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## Artigo 4º

### Noções

Para efeitos do presente Regulamento considera-se:

- a) Pensionistas: os titulares de pensões de invalidez ou de sobrevivência
- b) Reformados: os titulares de reforma, desde que com mais de sessenta e cinco anos de idade;
- c) Carência económica: rendimento mensal *per capita* que não ultrapasse setenta por cento do salário mínimo nacional em vigor na Região Autónoma da Madeira.
- d) Medicamentos: produtos obtidos ou elaborados com finalidade profilática, curativa, ou fins de diagnóstico.

## Artigo 5º



## Competências

1. É da competência da Junta de Freguesia a prática de todos os atos administrativos atinentes à aplicação do presente Regulamento, nomeadamente no que respeita à atribuição dos apoios, suspensão e sua fiscalização.
2. A Junta de Freguesia pode delegar as competências previstas no número anterior no
3. Presidente da Junta de Freguesia.

## TÍTULO II

### Disposições Especiais

#### Capítulo I

#### Do apoio

#### Artigo 6º

#### Noção

A comparticipação ou apoio objeto do presente Regulamento a prestar pela Freguesia de Gaula na aquisição de medicamentos consiste no pagamento de apoio financeiro e far-se-á numa prestação única em cada ano civil.

#### Artigo 7º

#### Montante do apoio

1. O Montante do apoio a atribuir varia consoante a situação económica de cada agregado familiar.
2. A análise da situação económica de cada agregado familiar resulta do cálculo do rendimento mensal *per capita*.



3. O montante máximo anual a atribuir a cada agregado familiar é anualmente fixado pela Junta de Freguesia.
4. Poderá ser atribuído outros valores mediante situações excecionais, devidamente fundamentadas, independentemente do rendimento mensal *per capita*, mediante proposta aprovada em Reunião de Junta.

## Artigo 8º

### Intransmissibilidade

As prestações pecuniárias que sejam atribuídas são intransmissíveis e não admitem, se for o caso, qualquer compensação por parte da Freguesia.

## Artigo 9º

### Cálculo da capitação mensal

1. O rendimento mensal *per capita* do agregado familiar é calculado nos termos seguintes:

$$a) C = \frac{R - [I + H + S]}{14XN}$$

b) C = Rendimento *per capita*;

R = Todos os rendimentos familiares líquidos do ano anterior;

I = Impostos e contribuições;

H = Encargos Anuais com Habitação;

S= Encargos Anuais com Saúde e Educação;

N = Número de pessoas que compõem o agregado familiar.



1. Integra o agregado familiar para efeitos do presente Regulamento quem, para além dos interessados requerentes, com eles vivam em economia comum e sejam recenseados na Freguesia de Gaula.

## 10º

### Forma de pagamento

Os apoios que venham a ser deferidos são pagos diretamente ao interessado, através de transferência bancária para conta de que seja titular.

## 11º

### Orçamentação

O Orçamento da Freguesia deve prever as dotações necessárias à execução do presente Regulamento, sob pena de inexecução do regulamentado.

## Capítulo II

### Dos beneficiários

## Artigo 12º

### Obrigações dos beneficiários

São obrigações dos requerentes prestar as informações com verdade e informar o órgão competente, no prazo de quinze dias, de qualquer alteração da sua situação económica e das demais informações relevantes.

## Artigo 13º



### **Falsas declarações**

1. A prestação de falsas declarações ou a omissão de quaisquer informações relevantes
2. determina a imediata suspensão dos procedimentos pendentes e, em sede de decisão final, o seu indeferimento.
3. Caso constate pela prestação de falsas declarações em procedimentos administrativos já findos e com apoios já prestados ao requerente, deve ser proferida decisão no sentido da invalidade do ato que concedeu o apoio e da restituição das quantias indevidamente atribuídas e pagas, bem como, ser declarada a impossibilidade de no ano civil subsequente requerer a atribuição do apoio objeto deste Regulamento.
4. Qualquer destes atos deve ser necessariamente precedido da audiência do interessado, com exceção da suspensão do procedimento pendente.

### **Capítulo III**

#### **Instrução do Processo**

#### **Artigo 14º**

##### **Períodos de Candidaturas**

Em cada ano civil existirá um período de candidatura, que será decidido em reunião de Junta de Freguesia, e será publicado através de Edital na página oficial da Junta de Freguesia de Gaula.

#### **Artigo 15º**

##### **Formalização de candidatura**

1. O pedido do apoio à aquisição de medicamentos deve ser formalizado através do preenchimento de requerimento especialmente criado para o efeito (ANEXO I), nos



Serviços Administrativos da Junta de Freguesia, fazendo-se acompanhar da seguinte documentação:

- a) Cópia do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Cartão de Número de Identificação Fiscal, Cartão de pensionista e Comprovativo de Residência;
- b) Declaração de IRS do requerente do ano fiscal anterior e dos que com ele vivam em economia comum;
- c) Declaração anual da Segurança Social, no caso do requerente estiver isento da apresentação da declaração atenta aos níveis de rendimentos auferidos;
- d) Cópia das faturas e receitas médicas se existir;
- e) Documentos comprovativos dos encargos com habitação, saúde e educação;

16º

#### Tramitação

1. No prazo de cinco dias após a entrada do requerimento, os serviços administrativos da Freguesia certificam a qualidade de eleitor recenseado na Freguesia dos requerentes e dos que integrem o seu agregado familiar, e prestam informação donde conste pronúncia sobre a instrução do procedimento e da capitação mensal.
2. Após o decurso do prazo do número um, o expediente é concluso ao órgão competente para sua decisão final expressa ou se tal não for o caso para o conhecimento de questões que prejudiquem o desenvolvimento do procedimento, sua instrução probatória, audiência dos interessados ou demais formalidades necessárias.
3. O prazo para decisão final expressa é de trinta dias, a contar da entrada do requerimento.

17º

#### Decisão final

1. Na decisão final o órgão competente deve tomar posição expressa sobre o deferimento ou indeferimento da pretensão.





2. Se for no sentido do deferimento, deve determinar o concreto montante pecuniário do apoio, considerando para tanto os custos demonstrados com medicamentos, a capitação mensal, o número de membros do agregado e a efetiva presença económica do requerente.

## **Artigo 18.º**

### **Limite anual**

O limite máximo anual a atribuir a este Regulamento será fixando pela Junta de Freguesia, aquando da elaboração do Orçamento, podendo em caso de comprovada necessidade, haver reforço da referida rubrica.

## **TÍTULO III**

### **Disposições transitórias e finais**

## **Artigo 19.º**

### **Proteção de dados**

Os dados fornecidos pelos requerentes destinam-se exclusivamente, à instrução de candidatura ao apoio, sendo a Junta de Freguesia responsável pelo seu tratamento.

## **Artigo 20.º**

### **Dúvidas e Omissões**

As dúvidas Omissões que surjam na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pelo Órgão competente, nos termos da Lei das Competências das autarquias locais.

## **Artigo 21.º**

### **Alterações ao Regulamento**



Este Regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas indispensáveis.

## Artigo 22º

### Entrada em vigor

Após a aprovação em reunião de junta e Assembleia de Freguesia, o presente Regulamento entra imediatamente em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no site institucional da Freguesia de Gaula.